



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

ATA DA REUNIÃO

5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 22 e 23 de setembro de 2015, de 9h às 18h.

Local: Sala de Reuniões da Plenária – 10º andar

SCS-B, Quadra 09, Lote C – Ed. Parque Cidade Corporate – Torre A

Participantes:

Carla Barroso Carneiro (CC), Camila Moreira de Castro (CC), Edmundo Theodoro Müller Neto (MD), Alexandre Peña Ghisleni (MRE), Camila Maria Moreno da Silva (MEC), Roberta Lemos (MDS), Raquel Lima de Oliveira e Silva (MS), Daniel Adolpho Daltin Assis (MS), Bárbara Roberto Estanislau (SEPPIR), Pedro Henrique de Pina Cabral Viana (SPM/PR), Antônio Rodrigo Machado (OAB), Dalila Eugênia Maranhão Dias (ASBRAD), Paulo Cesar Malvezzi Filho (ASSAC), Shirley da Luz Villela (ARDM), Carlos Antônio Melgaço Valadares (GTNM/BA), Joisiane Sanches de Oliveira Gamba (MNDH), Carlos Gilberto Pereira (MNDH), Maria Gorete Marques de Jesus (IBCCRIM), Karolina Alves P. de Castro (CGCT/SDH), Renata Studart (CGCNPCT/SDH).

Pauta da Reunião:

DIA 22 DE SETEMBRO DE 2015 (TERÇA-FEIRA):

1. Abertura e aprovação da pauta - Sr. Alexandre Ghisleni – Vice-Presidente do CNPCT
2. Apresentação e homologação do resultado final do processo de seleção de peritos para as vagas remanescentes do MNPCT regido pelo Edital de Seleção nº 01/2015 Representantes da Comissão de Seleção do CNPCT
3. Aprovação da Resolução sobre fluxos e deliberações do CNPCT - Representantes da Comissão Temática



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

DIA 23 DE SETEMBRO DE 2015 (QUARTA-FEIRA):

1. Aprovação da Resolução sobre fluxos e deliberações do CNPCT (continuação) - Representantes da Comissão Temática
2. Aprovação do parecer sobre o caso Fundação Casa – Guaianazes I - Relatoras: Gorete Marques e Dalila Figueiredo
3. Aprovação das atas das reuniões ordinárias do CNPCT - Coordenação-Geral do CNPCT
4. Conclusões e Encerramento - Sr. Alexandre Ghisleni – Vice-Presidente do CNPCT

Atividades desenvolvidas:

1. A reunião do dia 22 teve início com a abertura feita pelo Vice-Presidente Alexandre Ghisleni, fazendo a leitura dos pontos de pauta a serem aprovados pelo Pleno, para dar continuidade aos trabalhos. Após a leitura dos pontos de pauta o Vice-presidente pediu que fossem apresentados os novos integrantes do Comitê, que entraram em substituição de alguns representantes titulares.
2. Em seguida a palavra foi passada para a Coordenadora-Geral do Comitê, que relatou como foi o processo de seleção de peritos para as vagas remanescentes do MNPCT regido pelo Edital de Seleção nº 01/2015. Em seguida a palavra foi passada para um dos representantes da Comissão de Seleção do CNPCT, onde explicou o motivo da escolha dos selecionados tanto para as vagas remanescentes, como para o selecionados para o cadastro reserva.
3. Após apresentação da posição de alguns representantes do Comitê, em relação a homologação de candidatos que ocupam cargos comissionados no Governo Federal, foi solicitado ao representante da pastoral Carcerária a elaboração de um parágrafo para que constasse no Sumário Executivo o posicionamento da Pastoral Carcerária que diz respeito a esse tema.
4. Foi encaminhado pelo Vice-presidente que o CNPCT estabelecerá em discussão futura sobre o processo de seleção, em particular sobre recondução e participação de agentes públicos. Sendo assim, o Comitê homologa os nomes de Lucio Costa e Rafael Barreto Souza para as vagas remanescentes, e Marden Marques Soares Filho e Liliane Maria Alberto da Silva para o cadastro reserva até o momento da posse dos candidatos selecionados pela Comissão de Seleção.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

5. Foi encaminhado uma proposta geral pelo Vice-presidente que para discussões futuras relacionadas a recondução ou novo processo seletivo para o Mecanismo, que não seja necessário se manter a atual sistemática. As decisões do Comitê foram tomadas por maioria, com registro de posição dos membros, que será incorporado ao Sumário Executivo.

6. Em seguida foi passado para o próximo ponto de pauta, que é a Aprovação da Resolução sobre fluxos e deliberações do CNPCT, que foi apresentado pela Coordenação-Geral do CNPCT. Foi lido o texto da Resolução do CNPCT, em seguida houve algumas sugestões, que foram discutidas até o término da manhã pelo Pleno do Comitê, e que ficou acordado, que na parte da tarde seriam encaminhadas propostas para aprovação.

7. O período da tarde foi para a discussão e aprovação do texto da Resolução, que estabelece algumas ações do fluxo do trabalho do Comitê, do tempo de convocação da Mesa Diretora, e classificação de urgência das denúncias recebidas pelo CNPCT que deverão ser analisadas pela mesa Diretora.

8. Os trabalhos do dia 23 começaram às 09h30, com os cumprimentos do Vice-presidente, que logo deu início as discussões sobre os pontos pendentes da Resolução. Antes do começo das discussões sobre o fluxo do recebimento das denúncias de tortura foram apresentados alguns pontos como aprovação de atas e representante do CNPCT no II Encontro Nacional dos Comitês e Mecanismos para fazer a mesa de abertura.

9. Após sugestões o CNPCT entende que a ata é um resumo das decisões tomadas e dos principais posicionamentos dos membros. Não deve constituir transcrição dos debates. O CNPCT decide também que as reuniões da Mesa Diretora devem ser registradas no mesmo formato da ata do Plenário.

10. Foi definido como ponto de pauta da próxima reunião ordinária o tratamento de encaminhamentos pendentes de implementação. O CNPCT convidará a Ouvidoria da SDH/PR para realizar uma apresentação, na próxima reunião ordinária do CNPCT, sobre tratamento de denúncias.

11. O CNPCT indicou o representante titular da AMB, Edinaldo Cesar, para representar o colegiado na Mesa de Abertura do II Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura.

12. Após a indicação do representante da AMB definiu-se que a próxima reunião ordinária ocorrerá nos dias 28 e 29 de outubro de 2015.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

13. Feita a releitura da Resolução, foram feitas algumas alterações no texto e aprovada pelo CNPCT. Resolução aprovada por consenso. A CGCNPCT encaminhará à Assessoria Jurídica da SDH/PR com vistas a sua publicação. Foi votado dispositivo da Resolução relativo à definição de prazo para providências urgentes por parte da Mesa Diretora do CNPCT. A Primeira votação: Proposta de ter um prazo fixo: 13 votos. Proposta de não ter prazo fixo: zero. Segunda votação: Prazo de até 10 dias: 13 votos. Prazo de até 5 dias: 2 votos. Encerrado o período da manhã do dia 23.

14. O período da tarde teve início com a apresentação do parecer da Fundação Casa feito pela ASBRAD e pelo IBCCRIM. O IBCCRIM apresentou alguns pontos e recomendações, e sugeriu que fosse apresentada a Mesa Diretora do Conanda relatório sobre os fatos ocorridos.

15. Em seguida foram feitas algumas sugestões pelos representantes da MNDH, MS, RENILA, GTNM e CUT para complementação das recomendações feitas pela ASBRAD e IBCCRIM.

16. Após sugestões e encaminhamentos o Comitê aprovou o parecer sobre o caso Fundação Casa – Guaianazes I.

17. O Comitê aprovou as sugestões de convite e definiu que serão convidados para a próxima reunião ordinária para tratar do acompanhamento do caso da Fundação Casa: representantes do CONANDA, o Coordenador-Geral do SINASE, o Conselho de Direitos Humanos da AMB, o CNJ, o MP/SP, a Presidente da Fundação Casa e o Corregedor da Fundação CASA.

18. Será elaborada pela representante do IBCCRIM, Gorete Marques, uma minuta de orientações para estudo/pesquisa sobre o tema de funcionários denunciados por prática de tortura, afastados ou demitidos, que acabam sendo reinseridos por determinação da justiça do trabalho para apresentar ao CNJ na próxima reunião ordinária do CNPCT.

19. As relatoras do caso, Gorete Marques e Dalila Figueiredo, prepararão minuta de ofício à Presidente da Fundação Casa sobre a inclusão da temática de prevenção e combate à tortura nos cursos de formação e aperfeiçoamento da Fundação CASA e sobre a criação de uma Ouvidoria externa, autônoma e independente. A minuta será enviada à CGCNPCT.

20. Foi definido em reunião que, será incluída no relatório de atividades do CNPCT a menção à atuação ativa da Defensoria Pública do Estado de São Paulo no caso da Fundação Casa.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
COORDENAÇÃO-GERAL DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA**

21. Será realizada reunião da Mesa Diretora, com participação de demais membros interessados, com o CNMP sobre a atuação dos Ministérios Públicos estaduais. Proposta de data para 19 de outubro de 2015.
22. Será elaborada pela representante titular do MS, Raquel Lima, uma minuta de Recomendação sobre a importância do respeito aos parâmetros estabelecidos pelos Protocolos de Istambul e Protocolo Brasileiro Perícia Forense Crime Tortura nas apurações das denúncias de tortura, com vistas a consideração na próxima reunião ordinária.
23. Conforme proposto, será elaborada pelos representantes da ANCED, Vinicius Miguel, e IBCCRIM, Gorete Marques, uma minuta de texto sobre o papel fiscalizatório da defensoria pública e demais órgãos de defesa dos direitos do adolescente em unidades de internação socioeducativas a fim de ser analisada na próxima reunião ordinária.
24. O Comitê acolheu a sugestão do IBCCRIM e definiu que será apresentado parecer reduzido, sem os nomes de adolescentes e funcionários, para a mesa diretora do CONANDA.
25. Após as definições e encaminhamentos relacionados sobre o Parecer realizado sobre a Fundação Casa, O CNPCT aprovou os sumários executivos da 1ª e 2ª Reunião Ordinária do Comitê. A CGCNPCT providenciará a divulgação no sítio eletrônico da SDH/PR.